

Área Temática: Administração Pública, Governo e Terceiro Setor

**SOLIDARIEDADE SE REALIZA NA PRÁTICA: UMA REFLEXÃO SOBRE A
MANIFESTAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA (EPS)
NO CENTRO DE INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS POPULARES
SOLIDÁRIAS (CIEPS/UFU)**

Resumo

A Economia Popular Solidária (EPS) surgiu como alternativa à lógica individualista e competitiva da economia de mercado, baseada na cooperação e na solidariedade entre os atores. Esta abordagem diversificada e inclusiva visa promover o desenvolvimento sustentável em comunidades desfavorecidas. Os princípios fundamentais da EPS, como a cooperação, a autogestão, a ação econômica e a solidariedade, norteiam a atuação das Organizações Produtivas Solidárias (OPS), um grupo de trabalhadores comprometidos com estes valores. O Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (CIEPS/UFU) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) apoia as OPS, promovendo a aplicação desses princípios e dando suporte para mantê-los ativos e transformadores. Este estudo tem como objetivo estudar como o CIEPS/UFU incorpora e implementa os princípios da EPS nas Organizações Produtivas Solidárias incubadas. Para isso, foi realizada uma entrevista com a coordenadora do centro de incubação. Os resultados mostram que a EPS fortalece as comunidades locais, promove o trabalho digno e protege o ambiente. O CIEPS/UFU desempenha um papel fundamental na formação e assessoria das OPS com o objetivo de reforçar a sua sustentabilidade econômica e promover a cooperação e a solidariedade. O estudo também destaca a importância da certificação das Organizações de Controle Social (OCS) e dos esforços conjuntos como estratégias para promover a colaboração e o desenvolvimento de OPS.

Palavras-chave: Economia Popular Solidária; Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários; Organizações Produtivas Solidárias.

Abstract

The Popular Solidarity Economy (EPS) emerged as an alternative to the individualistic and competitive logic of the market economy, based on cooperation and solidarity between actors. This diverse and inclusive approach aims to promote sustainable development in disadvantaged communities. The fundamental principles of EPS, such as cooperation, self-management, economic action and solidarity, guide the actions of Solidarity Productive Organizations (OPS), a group of workers committed to these values. The Incubation Center for Popular Solidarity Enterprises (CIEPS/UFU) at the Federal University of Uberlândia (UFU) supports OPS, promoting the application of these principles and providing support to keep them active and transformative. This study aims to study how CIEPS/UFU incorporates and implements the principles of EPS in the incubated Solidarity Productive Organizations. For this, an interview was carried out with the coordinator of the incubation center. The results show that EPS strengthens local communities, promotes decent work and protects the environment. CIEPS/UFU plays a fundamental role in training and advising OPS with the aim of strengthening their economic sustainability and promoting cooperation and solidarity. The study also highlights the importance of certification of Social Control Organizations (OCS) and joint efforts as strategies to promote collaboration and development of OPS.

Keywords: Popular Solidarity Economy; Incubation Center for Popular Solidarity Enterprises; Solidarity Productive Organizations.

1 INTRODUÇÃO

Enquanto a economia de mercado fundamenta-se no individualismo e promove a competição como meio de conquista, a Economia Popular Solidária (EPS) destaca-se pela sua natureza plural, dependendo da solidariedade de diversos participantes (Betanho; Fernandes, 2017b). Na visão dos autores a EPS pode ser um instrumento ou ferramenta para geração de trabalho, renda e para a promoção de desenvolvimento sustentável em territórios caracterizados por alto grau de vulnerabilidade e exclusão social.

A EPS é uma alternativa real à crescente crise do emprego, verificada em diferentes sociedades. Também pode ser percebida como sendo uma atenuante à crise de ajustamento de um sistema capitalista que se renova. O modo de vida solidário é organizado sob a ótica de cooperativas, associações, clubes de troca, organizações autogestionárias e redes de cooperação entre os indivíduos participantes. Deste modo os membros dessa economia realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, troca, comércio justo e consumo solidário (Gaiger, 2003).

A EPS aborda questões centrais como cooperação, inserção comunitária democrática, preços justos, respeito à diversidade e meio ambiente, produção e comercialização coletivas, participação e gestão transparente, buscamos compreender como esses valores fundamentais são essenciais para promover uma abordagem inclusiva e solidária na economia (Palafox; Sousa, 2017).

Segundo a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES, 2012), a EPS aborda quatro princípios básicos, sendo eles: cooperação, onde os esforços devem ser conjuntos bem como a colaboração e partilha de resultados deve ser coletiva; autogestão, determinada pelas decisões tomadas de forma comunitária, onde todos têm direito a voto; ação econômica, pois a economia solidária é regida pela produção, comercialização, troca, consumo, etc ou seja, não deixa de ter fatores econômicos envolvidos; e a solidariedade, que reforça valores importantes como a preocupação com os demais indivíduos, instaurando um ambiente mais justo, saudável e sustentável.

Coletivos de trabalhadores que desejem se organizar a partir dos princípios da EPS devem praticar esses princípios em toda e qualquer atividade que realizem a partir de Organizações Produtivas Solidárias (OPS). Essas organizações são grupos de trabalhadores que se organizam e gerenciam recursos e meios de produção com a finalidade de gerar valor de forma sustentável e realizar trocas com a sociedade (Betanho et al., 2017 e 2018).

Percebe-se ser uma tarefa desafiadora e em resposta a essas dificuldades, surgiram entidades como o Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários, órgão ligado à Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC/UFU), que promove os princípios da EPS e oferece suporte às OPS para que permaneçam ativas, produtivas e transformadoras.

De acordo com Palafox e Sousa (2017), o CIEPS/UFU é resultado dos esforços de um grupo de trabalho constituído em 2001, por docentes, servidores técnico-administrativos e representantes dos movimentos e mandatos populares de Uberlândia e região, para promover e viabilizar a criação de empreendimentos populares, capazes de gerar trabalho e renda entre grupos da população de baixa renda socioeconômica fundamentados na perspectiva da denominada Economia Popular Solidária - EPS.

Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo estudar como o CIEPS/UFU incorpora e implementa os princípios da EPS nas Organizações Produtivas Solidárias

incubadas. Através desta pesquisa, busca-se compreender como são manifestados na prática os princípios de autogestão, dimensão econômica, cooperação e solidariedade nas organizações que passam pelo processo de incubação.

A pesquisa se justifica diante da necessidade de compreender a forma que essas OPS praticam os princípios da EPS e qual apoio elas recebem de incubadoras nesse processo. Desta forma, o objeto de pesquisa foi o Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (CIEPS/UFU).

Espera-se, assim, contribuir para a compreensão e disseminação de experiências bem-sucedidas de Economia Popular Solidária, destacando a importância do CIEPS/UFU como agente facilitador e promotor da transformação socioeconômica através da aplicação dos princípios da EPS.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Afinal, o que é Economia?

Na economia capitalista, acredita-se que o mercado se regula por si só para o benefício de todos, e que a competição é a forma ideal de interação entre os agentes sociais. Esse contexto capitalista, a busca por lucro guia as atividades empresariais, conforme descrito por Smith, através da "mão invisível" que direciona os esforços de produção para atender às demandas dos consumidores (Thurow; 2001. apud Silva e Silva; 2008). No entanto, essa abordagem muitas vezes deixa de atender às necessidades dos que não possuem capital, pois o foco está na maximização dos ganhos.

Singer (2004) descreve o capitalismo como uma economia que se baseia na propriedade privada do capital, onde a enorme parte dos trabalhadores não está incluída. O autor ainda coloca que o modo de produção capitalista divide a sociedade em duas classes sociais, burguesia e proletariado, onde a primeira detém os meios de produção e ditam o desenvolvimento de acordo com seus interesses, e o segundo são os trabalhadores que vendem sua mão de obra para os proprietários do capital. A concorrência entre as organizações de capital privado é a mola que impulsiona o desenvolvimento desse sistema (Singer, 2004). Em outro momento, é relatado por Singer (2004) que uma das características essenciais do capitalismo é que ele não é para todos.

Os consumidores, de modo geral, se beneficiam dele à medida que enseja a produção de novos bens e serviços que satisfazem suas necessidades (reais ou fictícias). Essa situação, além de baratear a maioria dos bens e serviços preexistentes, graças ao aumento da produtividade do trabalho, promove um desenvolvimento capitalista seletivo, tanto social como geograficamente. Parte dos trabalhadores perde suas qualificações e seus empregos e muitos deles são lançados à miséria (Singer, 2004, p. 11). Nessa perspectiva, mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outros modos de produção porque é incapaz de abarcar toda a população econômica ativa (Singer, 2004).

2.2 A Economia Popular Solidária

Como forma de reparar o capitalismo, buscando eliminar a exploração e as injustiças que são geradas a partir do sistema capitalista de produção, surge a Economia Popular Solidária (EPS). De acordo com Betanho et al. (2018) o papel da EPS vai muito além de compor essas lacunas, onde os autores argumentam que ela é uma construção edificada pela classe trabalhadora e que está a todo momento questionando os resultados e os impactos do modo de produção capitalista nas esferas políticas, sociais e econômicas.

Quanto à evolução histórica da EPS, Gaiger (2003) destaca que a partir do século XIX, na Europa, foram registradas buscas por formas comunitárias e democráticas de produzir e organizar o consumo, almejando a igualdade econômica e atendimento das necessidades básicas dos trabalhadores. Foi “[...] quando a proletarização do mundo do trabalho provocou o surgimento de um movimento operário associativo e das primeiras cooperativas autogestionárias de produção” (Gaiger; 2003, p. 182).

Entendendo que o desemprego e a pobreza engendrados no capitalismo industrial foi o que motivou os operários a fazerem essa mobilização, Singer (2001) também reconhece que as primeiras organizações se deram no início do séc. XIX, pois permeava uma relação desregulada entre o ser humano e a máquina.

A EPS além de apresentar essa perspectiva, mostrou-se sendo uma alternativa para o desemprego e a exclusão vivenciados também nos dias atuais. Fato que sob a concepção de Arcoverde, Souza e Fragoso (2006) pode ser um poderoso instrumento de resistência do trabalho, dado sua luta contra processos de exclusão social. As autoras realizaram um estudo com cooperativas e associações pernambucanas e concluíram que o desemprego, privação econômica (ou social) e exclusão do mercado de trabalho estimularam a busca por iniciativas econômicas que fugissem levemente da lógica capitalista. Justamente por terem posições que se afastam desta lógica, essas iniciativas exercem um papel importante na construção de uma sociedade mais igualitária.

Embora as organizações venham amadurecendo no decorrer dos anos, França Filho (2004) elucida que pelo fato de ser um campo pouco homogêneo faz com que ocorram variações significativas no que tange a estrutura e organização. Entretanto, é destacado pelo autor a importância da autogestão e cooperativismo nesse processo, pois é a partir desses valores que surgem formas inéditas de “fazer economia”, seja na produção ou distribuição de riqueza, evidenciando argumentos já trazidos por outros autores.

Portanto, esses empreendimentos são capazes de gerar tanto valor econômico - medido por meio de resultados financeiros que, após a distribuição de recursos aos associados, são capazes de manter a operação da organização e um padrão de investimento na capacidade produtiva (Fischer, 2002). Os empreendimentos - como valor social - decorrem de fenômenos capazes de satisfazerem algumas das necessidades sociais, como: melhoria da qualidade de vida das pessoas, diminuição da exclusão social e aumento do apoio e dos benefícios à comunidade (Dees, 2001).

De acordo com Fernandes (2020), deve-se dar importância ao fato de que nem tudo que é popular é solidário, bem como não se pode considerar solidário tudo aquilo que é popular. Para determinar que uma organização é popular e solidária é preciso identificar como os indivíduos ali inseridos irão se organizar para resolver os problemas.

Diniz (2017) define que a economia é popular quando classes trabalhadoras utilizam recursos próprios, incluindo mão de obra, para desenvolver atividades econômicas que estão subordinadas a atender suas necessidades, sejam elas a manutenção e/ou melhora da qualidade de vida. Já o modo de vida solidário é organizado sob a ótica de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias e redes de cooperação entre os indivíduos participantes.

Em 2003 o Fórum Brasileiro da Economia Solidária (FBES) promoveu a III Plenária Nacional da Economia Solidária e nela foi aprovada a Carta de Princípios da Economia Solidária (CPES) após debates ocorridos em 18 Estados. Com a carta foi possível também estabelecer diretrizes do que não é Economia Solidária, buscando

desmistificar definições que pairam acerca do tema. (FBES, 2003). O quadro 1 apresenta o que não representa e o que é a Economia Solidária.

Quadro 1 – O que é a Economia Solidária

Economia Solidária não representa ...	Economia Solidária é...
Uma solução temporária para problemas sociais	Uma abordagem duradoura para enfrentar desafios sociais
Competição e busca pelo lucro máximo	Colaboração e bem comum
Mercantilização de pessoas e natureza	Valorização das relações humanas e sustentabilidade
Auto-regulação do mercado	Formas democráticas de organização econômica
Visão das necessidades humanas como meras mercadorias	Priorização do bem-estar das pessoas sobre o lucro
Desemprego e exclusão do mercado de trabalho	Oferta de oportunidades de emprego e inclusão social
Competição exacerbada do mercado capitalista	Cooperação e solidariedade entre os membros da comunidade
Concentração de riqueza do capitalismo	Distribuição mais equitativa da riqueza
Visão unicamente mercantil da riqueza	Reconhecimento de diversos valores na avaliação da riqueza
Substituição das funções do Estado	Autogestão e protagonismo dos trabalhadores como agentes de mudança

Fonte: Elaboração própria a partir de Carta de Princípios da Economia Solidária (2003)

Dessa forma, entende-se que a Economia Popular Solidária vai além da geração de trabalho, capital e renda. Ela também promove experiências culturais no espaço público em que está inserida, com o importante objetivo de construir um ambiente socialmente justo, sustentável e politicamente emancipador para os trabalhadores e trabalhadoras. Dessa forma, a Economia Solidária reafirma a emancipação desses sujeitos históricos.

2.3 Organizações Produtivas Solidárias (OPS) e os Princípios da Economia Popular Solidária (EPS)

O desenvolvimento da Economia Popular Solidária traz consigo uma pluralidade de desafios, principalmente com relação ao autorreconhecimento ou identificação dos sujeitos sociais que a praticam, para que haja contribuição do campo teórico e político.

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) foi uma estrutura criada no ano de 2003, no primeiro governo do até então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que, segundo Singer (2014), tinha o objetivo de apoiar o movimento da EPS, buscando contribuir com o mapeamento e regulamentação dos nominados Empreendimentos Econômicos Solidários (EES).

Apesar da ampla aceitação do conceito dos EES, Betanho et al., (2017) acreditam que nomear essas iniciativas como Organizações Produtivas Solidárias (OPS) é a maneira mais adequada, pois não se trata de “empreender” como numa visão capitalista, cujo empreendimento compra recursos e mão de obra, mas os próprios trabalhadores são os que detêm os recursos e participam do processo produtivo.

Fernandes (2020), em concordância, menciona que a partir do surgimento de movimentos impulsionados por classes trabalhadoras que se uniram coletivamente em movimentos sociais para garantir sua subsistência, por não terem uma estrutura teórica sólida, resultou em equívocos na composição desses movimentos e levando-os, por vezes, a se aproximarem da lógica capitalista de produção.

Os princípios da Economia Popular Solidária (EPS) se manifestam em 4 eixos fundamentais, de acordo com a SENAES (2012): cooperação, autogestão, ação econômica (ou dimensão econômica) e solidariedade.

A cooperação envolve a convergência de interesses e objetivos, a união de esforços e capacidades, a posse coletiva de recursos, a partilha dos resultados e a solidariedade na responsabilidade por eventuais dificuldades. Isso abrange uma ampla gama de organizações coletivas capazes de incorporar diversas atividades individuais e familiares (SENAES, 2012). Betanho et al. (2018) ressalta que o objetivo da cooperação na EPS é que os trabalhadores combatam a exploração a partir de ações organizadas de forma coletiva, fazendo com que se tenham pleno controle das decisões, ações, funções e planejamento do trabalho.

A autogestão implica na adoção de práticas democráticas participativas, envolvendo decisões estratégicas, escolha de dirigentes e coordenação das atividades. Também inclui definições de processos de trabalho, distribuição de resultados e posse coletiva de recursos de produção (SENAES, 2012). Não é descartada a possibilidade que pessoas sejam plurais e possuam habilidades diferentes, assim como facilidade para algumas tarefas e dificuldades para outras, entretanto Betanho et al. (2018), ressaltam a importância do conhecimento não ficar retido e dos envolvidos conhecerem todo o processo, participando ativamente de todas as etapas.

A ação econômica motiva a colaboração de recursos e esforços pessoais e organizacionais para atividades como produção, processamento, obtenção de crédito, comercialização e consumo. Este processo considera aspectos de viabilidade econômica, eficácia e efetividade, além de levar em conta fatores culturais, ambientais e sociais (SENAES, 2012). Uma inferência importante a se fazer, segundo Betanho et al. (2018), é que essa motivação não deixa de ser econômica, já que possui valor monetário envolvido, porém o importante é compreender que, nesse caso, não se abre mão dos outros princípios. Portanto, os envolvidos sabem o que será produzido, em que quantidade, com qual preço e não menos importante: eles serão os beneficiados pela distribuição da riqueza gerada.

A solidariedade se manifesta em várias dimensões, incluindo a cooperação para alcançar objetivos comuns, a distribuição justa dos resultados obtidos, o cuidado com o meio ambiente, a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, a participação em movimentos sociais emancipatórios e a preocupação com o bem-estar dos integrantes e consumidores (SENAES, 2012).

Desenvolver iniciativas coletivas sob os princípios dessa economia é uma tarefa que exige ações coordenadas que vão além de apenas se opor a economia de mercado capitalista. Trata-se de grupos de trabalhadores que precisam se organizar e gerenciar seus recursos e meios de produção com a finalidade de gerar valor de forma sustentável e realizar trocas com a sociedade.

A economia popular vai além da dimensão econômica que engloba os proveitos materiais, ela torna evidente princípios que são importantes até mesmo na formação do ser humano, bem como cultura, moradia, socialização e solidariedade. (Betano et al., 2017). Dessa forma, o fortalecimento das OPS vai depender de como elas observam as lacunas deixadas pelo modo de produção capitalista e como vão tratá-las internamente, ou seja, baseando-se nos princípios da EPS, o que deve ser verificado para desenvolver métodos que visem o desenvolvimento daquela organização.

Em vista disso, torna-se latente a necessidade de instituições e/ou ações que estimulem os responsáveis e participantes das OPS a tomarem consciência de todos

os impactos que suas práticas levam para toda a sociedade, bem como atuar fortemente sobre todos os princípios da EPS: autogestão, dimensão econômica, cooperação, solidariedade

Abrindo um parêntese em relação a EPS e as OPS que a compõem, a agricultura familiar consegue exemplificar bem suas premissas, já que segundo Barbosa e Sousa (2012) elas desempenham um papel importante na geração de trabalho e renda para o agricultor familiar e na preservação do meio ambiente.

Batalha, Buainain e Souza Filho (2005) destacam que é unânime entre os estudiosos da área o fato das OPS apresentarem baixa eficiência gerencial. Isso infere que é necessário elaborar ações que auxiliem esses produtores a gerirem as relações no sistema que estão inseridos e da sua propriedade de uma forma bem ampla e detalhada. Logo, entendem que é essencial solucionar desafios que os produtores enfrentam e ainda ressaltam a importância de explorar e pesquisar essas organizações, pois fazem parte de uma parcela de pequenos negócios que movimentam a economia.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

O objetivo geral deste trabalho é identificar como o CIEPS/UFU incorpora e implementa os princípios da EPS em Organizações Produtivas Solidárias incubadas. Através desta pesquisa, busca-se compreender como são manifestados na prática os princípios de autogestão, dimensão econômica, cooperação e solidariedade nas organizações que passam pelo processo de incubação.

Pisicchio e Bonora (2017) ressaltam a importância da Universidade nessa construção, uma vez que elas possuem um papel fundamental ao disseminarem a EPS através de conhecimentos gerados nesse campo. Em uma experiência positiva com a Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Estadual de Londrina (INTES – UEL), eles ressaltaram que existe uma oportunidade ainda vigente para que esses estudos sejam produzidos e fomentados, pois, diante dos resultados, encontraram lacunas na relação incubadoras-incubados.

Lacunas também encontradas por Fernandes (2020), ao entender que há uma necessidade latente de compreender essa relação, pois ao analisar o Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (CIEPS/UFU) no período de 2008-2018 constatou que nem sempre os processos formativos desenvolvidos pelas Universidades, em especial a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), via Cieps, para com os incubados eram eficientes em sua totalidade, visto que os princípios da EPS não eram praticados inteiramente por eles.

Em decorrência da mesma problemática levantada por esses pesquisadores, Calbino e Paula (2012) reafirmam a necessidade de ressignificar o conhecimento para os empreendimentos - transferidos pelas incubadoras - principalmente na forma em que isso é feito, didaticamente falando. Sob esta ótica, a pesquisa se justifica em entender como as Organizações Produtivas Solidárias (OPS) aplicam os princípios da Economia Popular Solidária e qual apoio têm recebido do CIEPS/UFU.

O CIEPS/UFU é uma instituição que promove a EPS em Uberlândia, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, dando o apoio necessário para que essas organizações sejam emancipadas e passem a gerar renda (CIEPS). De acordo com o site do CIEPS, sua institucionalização na estrutura universitária aconteceu em 2008, tendo a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) como agente condutor e responsável para estar à frente da incubadora (CIEPS, 2024).

Portanto, a estratégia metodológica adotada para responder à pergunta problema da pesquisa baseou-se em métodos qualitativos. Essa escolha decorre do fato de que a metodologia emprega predominantemente elementos que não podem

ser mensurados ou não são passíveis de medição, o que a diferencia das análises quantitativas. Esta última abordagem exige dados estatísticos para condução da pesquisa, enquanto a abordagem qualitativa se concentra em aspectos mais subjetivos e contextuais, proporcionando uma compreensão aprofundada e interpretativa do fenômeno em questão. A pesquisa bibliográfica também é utilizada para buscar esclarecer a questão de pesquisa por meio das teorias mencionadas em artigos, teses, livros, revistas, dissertações e outros (Cervo et al., 2006).

Os dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturada, com uma amostragem intencional. A entrevistada foi selecionada intencionalmente por apresentar um conjunto de características que são importantes ao estudo (Lincoln; Guba, 1985). Assim, a entrevista foi com a atual coordenadora do CIEPS, no mês de outubro de 2023. A referida coordenadora é um importante interveniente na composição do CIEPS e atua desde 2015 na coordenação do Centro de Incubação. É professora adjunta da Universidade Federal de Uberlândia, em regime de dedicação exclusiva, na Faculdade de Gestão e Negócios (FAGEN/UFU).

A visão e o conhecimento da depoente foram essenciais para o entendimento das experiências de Economia Popular Solidária, destacando a importância do CIEPS/UFU como agente facilitador e promotor da transformação socioeconômica através da aplicação dos princípios da EPS. Diante disso, justifica-se a importância de direcionar perguntas-chave baseadas nesses aspectos, a EPS, seus princípios e a atuação da incubadora, para se ter uma análise aproximada da vivência dos princípios nas OPS incubadas pelo CIEPS/UFU.

O roteiro da entrevista foi baseado no estudo de Nascimento (2013) que tinha objetivo de compreender o papel da extensão universitária na socialização do conhecimento produzido pelas incubadoras e como ela pode ser mais atuante nesse cenário. Seguindo o modelo de guia de tópicos (GODOY, 2006), as perguntas foram organizadas em blocos, onde o primeiro trouxe uma discussão conceitual e o segundo focou nas dimensões de análise, que por sua vez foram Institucional, Articulação e Parcerias, Financiamento, Pessoas e Metodologia de Incubação (NASCIMENTO, 2013). Com a finalidade de complementar o roteiro, foi feita uma adaptação com os princípios, também apresentados como dimensões, da EPS, mencionados por Betanho et al. (2018) que são: autogestão, dimensão econômica, cooperação e solidariedade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Seguindo o modelo de guia de tópicos (GODOY, 2006) os resultados foram obtidos através de blocos de respostas a partir da entrevista com a coordenadora do CIEPS/UFU. Com sua visão de anos de experiência e pioneirismo na UFU e na cidade de Uberlândia acerca do tema Economia Popular Solidária, foi possível obter resultados satisfatórios que tornaram possível a compreensão de como a incubadora lida e enfatiza a aplicação dos princípios para as OPS incubadas. Importante ressaltar que foram trazidas diversas contribuições comparando o modo de vida solidário do modo de produção capitalista.

4.1 A Economia Popular Solidária

No conceito de Economia Solidária, a depoente ressalta que esta é centralizada no trabalho e, portanto, no trabalhador, pois “quando a gente fala na economia popular solidária, a gente está falando em direcionar o fruto do resultado do trabalho para quem é o dono do recurso produtivo, que é o trabalhador” (Entrevistada, 2023). O valor obtido deve ser protegido por aqueles que compartilham relações nessa cadeia de valor, sejam relações de troca ou produção.

A EPS, segundo a entrevistada, fortalece as comunidades locais por dois fatores principais. Primeiro, ao estabelecer a lógica da localidade como estratégia de desenvolvimento, as OPS podem, por exemplo, participar de políticas públicas, a partir da esfera federal, realizando suas atividades no município em que estão localizadas. “Dentro da localidade, produzo no local, comercializo no local, faço trocas no local, sou reconhecido no local, e só faço trocas para fora do local, das coisas que eu não sou capaz de fazer” (Entrevistada, 2023). O segundo fator é o cuidado com o meio ambiente, devido à redução nas cadeias de produção e comercialização dos produtos, gerando reconhecimento dentro da própria comunidade.

4.2. As incubadoras e o CIEPS

Ao conceituar uma incubadora, a depoente define-a como um espaço onde se conecta grupos de trabalhadores com o conhecimento produzido na universidade, antes inacessível a eles. Ela cita a UFU como “um bem público a serviço do Brasil”, destacando que uma universidade deve atender a todos os grupos, não apenas à iniciativa privada e grandes corporações. Ela explica que uma incubadora de economia solidária apresenta a realidade aos assuntos em questão desde o início, esclarecendo que “não vamos prometer que você vai ser rico porque a riqueza é expropriação. Para alguém ser rico, precisa haver um monte de gente pobre, a ideia é que todos, em algum momento, sejam iguais. Então, não prometemos riqueza, mas que, se trabalharmos bem, todos viveremos bem” (Entrevistada, 2023).

Sobre o apoio a uma OPS, a entrevistada ressalta a necessidade de reconsiderar o conceito de “viver bem” na relação ao consumismo e ao sistema capitalista. Ela destaca que o consumo está ligado à acumulação constante de capital e à obsolescência programada. Adicionalmente, os meios de comunicação reforçam a ideia de que a identidade está associada a bens materiais.

Ela destaca que as incubadoras protegem um ambiente para refletir sobre essas preocupações, promovendo uma transformação nas relações com as pessoas, o ambiente e os recursos, além do financeiro. Ela exemplifica com a agricultura agroecológica, onde a produtividade é avaliada em cinco dimensões, destacando a geração de trabalho, valor para a comunidade e sustento coletivo, em oposição ao lucro individual do agronegócio. Ressalta ainda que esses locais fomentam novas formas de interação na sociedade, promovendo sistemas econômicos que valorizam a solidariedade, a criação de oportunidades e o bem-estar da comunidade, conforme os princípios da economia popular solidária.

Sua afirmativa indica que as incubadoras têm um papel importante em auxiliar os empreendimentos populares solidários, não só provendo recursos materiais, mas também incentivando uma alteração na mentalidade e nas práticas econômicas.

4.3. O processo de incubação e seus desafios

De acordo com a depoente, o CIEPS/UFU hoje conta com 14 organizações avaliadas, ligadas a segmentos da coleta seletiva, arte e cultura popular, agricultores em transição ecológica e trabalhadores urbanos ligados a cozinhas e hortas comunitárias. Sobre os critérios de seleção para integração das organizações à incubadora, ela explica que “em princípio, a gente não escolhe, a gente absorve”. O primeiro critério para é compreender que a EPS é para organizações coletivas, não individuais. O segundo é querer ser organizado pelos princípios da economia solidária.

A coordenadora enfatiza a fase de pré-incubação, uma oportunidade de estudo e adaptação com transferência de conhecimento prático. Nesta fase, alguns decidem sair se não querem se organizar dessa forma. A experimentação se torna um treinamento para continuar ou não. Ainda destaca dois desafios principais durante a

incubação: a geração de renda e a participação. Sobre a geração de renda, ela explica que precisa ser mais atraente e que está ligada à geração de trabalho, devendo ser competitiva em qualidade, quantidade e remuneração em comparação ao sistema capitalista.

Ainda sobre a geração de renda, as organizações entendem que “no tempo de bonança é bom para todos e nos tempos ruins é ruim para todos”, e as pessoas percebem o critério de igualdade. Quanto à participação, a entrevistada se compara ao sistema capitalista, onde o trabalhador muitas vezes só cumpre suas horas de trabalho. Nas OPS, “ele tem que participar do processo decisório também, então, participar também é um trabalho e participar dá trabalho”. A autogestão é um dos principais desafios e precisa ser valorizada.

Os efeitos após o período de incubação são percebidos pela revisão da renda e do reconhecimento. Ela destaca a 'renda monetária', representando uma melhoria real nas condições financeiras. Também menciona a “renda não monetária”, com melhorias na alimentação, saúde e educação, trazendo uma mudança nas condições de vida. Sobre o reconhecimento, ela menciona que acontece uma sócio-referenciação a partir dessa melhora, onde as organizações são reconhecidas pela sociedade e órgãos públicos, tendo seus direitos respeitados. O objetivo é viver bem, de forma concatenada ao bem viver das outras pessoas.

O acompanhamento do progresso das organizações após a incubação é feito qualitativamente, com reuniões de acompanhamento e observação do cotidiano. Os relatórios são elaborados para registrar mudanças como o aumento da renda. A depoente destaca a importância de considerar a diversidade de pessoas e grupos, garantindo tratamento individualizado. Para ela, a pesquisa-ação dentro da perspectiva do materialismo histórico-dialético é essencial para compreender e acompanhar de forma consistente o progresso das organizações.

A entrevistada apresenta dois casos exemplares de sucesso após uma incubação. Primeiro, as organizações de coleta seletiva, Associação de Catadores e Recicladores de Uberlândia (CRU) e Cooperativa de Recicladores (CORU), que operam na esfera do pós-consumo, coletando materiais recicláveis. Elas estabeleceram parcerias com órgãos governamentais para implementar a coleta seletiva solidária, em conformidade com a política nacional de resíduos sólidos, e fazem toda a coleta seletiva dos campus da UFU. Ela observa que, “se a esfera da produção não é conhecida, só a esfera da reprodução, que é a esfera do consumo, a esfera do pós consumo, então ela é totalmente esquecida, no modo de produção capitalista”.

Em segundo lugar, menciona a Cooperativa de Economia Popular Solidária da Agricultura Familiar Reflorestamento e Agroecologia (COOPERSAFRA), uma iniciativa da agricultura familiar camponesa que fornece alimentos para escolas municipais e estaduais. A conquista do espaço na merenda escolar municipal de Uberlândia para comercialização de alimentos orgânicos é resultado da pressão organizada dos agricultores, apoiada pelo CIEPS/UFU com toda a parte burocrática, conforme previsto no processo de incubação.

4.4. Os princípios da EPS

Quando questionada sobre a importância dos princípios da EPS, a depoente destaca que “princípio é o início de tudo, alguma coisa só existe no campo concreto porque existem princípios”. Segundo a coordenadora do CIEPS/UFU, na EPS os princípios guiam uma organização oposta ao sistema capitalista, incentivando uma abordagem mais justa e colaborativa nas relações de trabalho e econômicas. Ela identifica as contradições da sociedade capitalista e destaca a necessidade de

escolhas conscientes, indicando que a EPS propõe uma alternativa ética e viável ao capitalismo, fundamentada na cooperação, autogestão, dimensão econômica e solidariedade.

Sobre cooperação, a entrevistada afirma que a EPS vai além da simples divisão do trabalho, pois envolve uma colaboração consentida e baseada em acordos coletivos, ao contrário da "colaboração obrigada" no capitalismo, onde o trabalhador deve cooperar ou é demitido. Ela, ao destacar a importância da autogestão na EPS, explica que no capitalismo há uma heterogestão centralizada no patrão, enquanto na EPS são donos dos meios de produção e participam igualmente do planejamento e execução das tarefas, ressaltando a necessidade dos trabalhadores conhecerem e se integrarem em todo o processo produtivo.

De acordo com a depoente, enquanto o lucro é o objetivo central das empresas capitalistas, na EPS, o foco é no compartilhamento justo dos resultados do trabalho de todos, sem exploração, fazendo do princípio da dimensão econômica algo essencial. Ela ressalta a frase "todo mundo trabalhou, então todo mundo merece". Sobre a solidariedade, ela enfatiza que é uma solidariedade de classe, pois os trabalhadores se unem em prol de seus interesses comuns, ressaltando que "a gente se une aos nossos interesses comuns, somos trabalhadores, a gente tem que cuidar dos nossos interesses enquanto trabalhadores, e não do interesse do patrão então a gente não fecha com o patrão, a gente fecha entre a gente" (Entrevistada, 2023).

4.5. Autogestão na prática

A depoente retrata que nas OPS a autogestão é abordada como um princípio complexo, que tanto liberta quanto responsabiliza. A ideia central é a ausência de uma estrutura de comando e subordinação clara, o que pode ser libertador, mas também exige uma participação ativa e responsável de todos os membros. No entanto, são identificadas contradições na prática, com algumas pessoas resistindo à participação enquanto outras buscam o controle.

Além disso, a falta de rotatividade de lideranças em algumas organizações resulta em uma identidade individualista em vez de coletiva. Superar essa relação hierárquica é considerado um desafio fundamental para promover a autogestão, exigindo uma mudança de mentalidade e uma maior valorização da participação e do compartilhamento de responsabilidades entre os membros da organização. São utilizadas algumas estratégias para capacitação dos membros que são destacadas pela entrevistada em dois níveis: o formal, onde são levados para sala de aula e ministrados cursos sobre contabilidade, comercialização, mercados etc., bem como o acompanhamento do dia a dia da gestão das cooperativas.

Ela ressalta que somente o curso não é suficiente e é um papel do CIEPS/UFU fazer esse assessoramento. Sobre os benefícios desses princípios para as OPS, ela destaca a formação de comunidades mais horizontais, buscando superar hierarquias entre os padrões e empregados, e a igualdade e respeito entre os membros da comunidade. Ela pondera também "a gente precisa de equidade, a gente precisa de um sistema que promova mais formação, mais conhecimento, mais qualificação, mais recursos para quem sabe menos para que algum dia a gente tenha relações mais horizontais".

4.6. Dimensão Econômica na prática

Sobre o princípio da dimensão econômica, a estratégia para fortalecer a sustentabilidade financeira das organizações foca na geração de valor agregado. A depoente destaca a importância de promover processos produtivos que gerem valor, como a venda de materiais triados e processados na coleta seletiva e produtos

agrícolas com valor agregado, como alface orgânica e mandioca descascada. A ênfase está em buscar canais diretos de comercialização para evitar atravessadores, aumentando o ganho de agricultores e trabalhadores. Ela conclui: “a nossa ideia é sempre vender diretamente, cadeias de comercialização mais curtas possíveis”.

Quando questionado sobre as parcerias entre organizações e atores locais, a entrevistada enfatizou a busca por proteção por políticas públicas. Na ausência dessas políticas, a luta é por sua implementação, pois as regras de mercado favorecem grandes atores. Quem precisa de mais proteção deve ter acesso a políticas públicas que promovam equidade e justiça na economia popular solidária. Ela afirma: “se não existem políticas públicas, a gente vai procurar lutar por elas”.

A coordenadora ressalta o apoio da incubadora na organização dos custos de produção, conscientizando os agricultores sobre o valor gerado no processo. A busca por financiamento público, especialmente o fundo perdido, é mencionada para construir unidades agroindustriais de agregação de valor e adquirir veículos para transporte de mercadorias. Essas estratégias visam internalizar os elos da cadeia produtiva, garantindo o controle total dos trabalhadores desde o semente até a mesa do consumidor. Essas ações são fundamentais para fortalecer a dimensão econômica das organizações incubadas, especialmente em um contexto pós-pandemia.

4.7. Cooperação e Solidariedade na prática

Quando questionada sobre como os princípios de cooperação e solidariedade são estimulados entre as Organizações de Produtivas Solidárias (OPS), ela destaca que o estímulo é abordado com ênfase na ação, tanto individual quanto coletiva. Destaca que a realização de ações formativas, que podem ser conduzidas com grupos individualmente ou entre os grupos, visando estimular a participação dessas organizações em órgãos de representação.

Essas estratégias são essenciais para promover a cooperação e solidariedade dentro da comunidade de organizações incubadas, contribuindo para o fortalecimento mútuo e o alcance de objetivos comuns. Já as estratégias usadas para promover a colaboração entre as OPS, a depoente destaca o foco na participação ativa em movimentos sociais e na construção de políticas públicas, como ela mesmo ressalta que os incubados apearam na criação do Fórum Regional de Economia Popular Solidária do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (FREPS).

Sobre a forma como uma incubadora incentiva a formação de redes e parcerias entre as organizações e outros agentes do ecossistema, é enfatizado duas estratégias principais: a primeira é trabalhar sob a lógica de projetos, que reúne diferentes organizações para alcançar objetivos comuns, promovendo a colaboração entre os grupos. Outra estratégia importante “sempre buscar fazer formação de formadores e apontar formadores dentro das próprias comunidades”, reconhecendo e valorizando os saberes locais. A troca de saberes entre os grupos é essencial para promover colaboração e aumentar o conhecimento compartilhado.

4.8. Iniciativas que fomentam a prática dos princípios

Ao fim da entrevista, foi questionada se haveria alguma consideração sobre o processo de incubação. A depoente contribuiu com dois pontos fundamentais que fazem total sentido para que as OPS trabalhem com os princípios da EPS: os mutirões e a certificação de Organização de Controle Social (OCS).

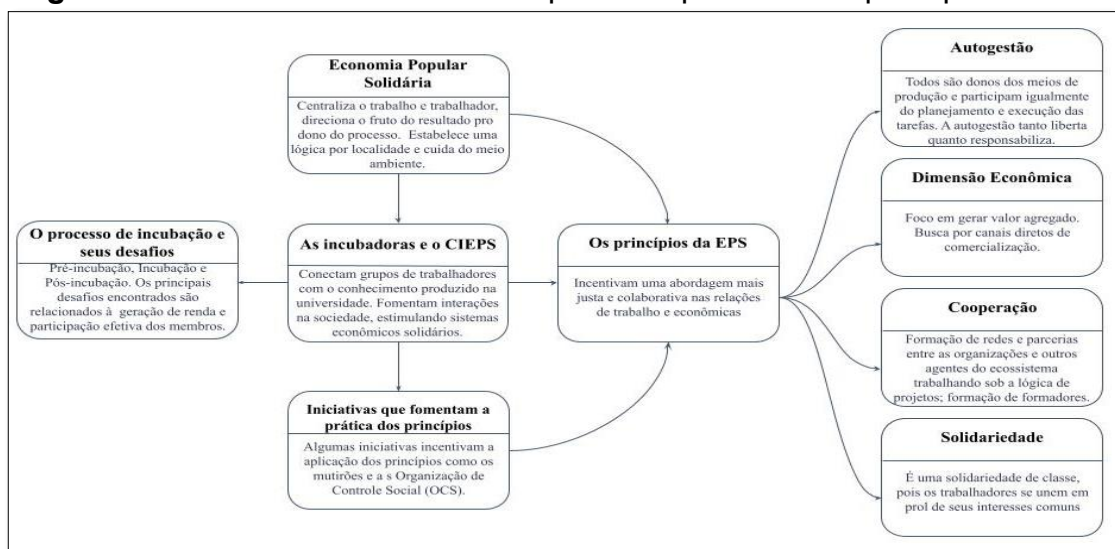
É enfatizado destaca a importância dos mutirões como uma estratégia para reduzir a penosidade do trabalho e promover a troca de ideias e experiências entre os trabalhadores. Os mutirões surgiram originalmente com as organizações de agricultores, inspirados pela lógica agroecológica. Quando se prepara a terra para o

plântio nessa abordagem, o processo vai muito além do simples uso de maquinário. Os mutirões representam essa colaboração e compartilhamento de conhecimento entre os agricultores, onde cada etapa do processo é realizada de forma coletiva e consciente. Desde a preparação do solo até o plântio e manutenção das culturas, os participantes se envolvem ativamente, promovendo uma produção agrícola mais sustentável e em harmonia com o meio ambiente.

Outro ponto relevante mencionado é a OCS como uma forma de certificação reconhecida para venda direta. A OCS, de acordo com a entrevistada, é uma certificação solidária e coletiva, promovida entre os agricultores, que fortalece todas as dimensões da produção agrícola, especialmente na lógica da certificação orgânica. Essa abordagem envolve o controle social direto sobre os processos de produção, onde os consumidores e membros da comunidade verificam se as práticas utilizadas pelos agricultores são verdadeiramente orgânicas, sem o uso de agrotóxicos ou adubos químicos. OCS é a mais simples das certificações, mas fundamentalmente importante, pois promove o controle social e a sócio-referenciação.

Em contraste com as certificações convencionais, que visam principalmente o reconhecimento comercial, a OCS destaca-se por sua ênfase na valorização do reconhecimento dos trabalhadores da cidade, fortalecendo assim a economia solidária e estabelecendo vínculos diretos entre produtores e consumidores. A depoente conclui dizendo que essa certificação promove o controle social sobre as práticas agrícolas, garantindo a qualidade dos produtos e fortalecendo a confiança entre os produtores e consumidores.

Figura 1 – Como o CIEPS/UFU incorpora e implementa os princípios da EPS.



Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados obtidos.

A figura 01 resume, a partir da entrevista, como o CIEPS/UFU incorpora e implementa os princípios da EPS nas Organizações Produtivas Solidárias incubadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi estudar como o CIEPS/UFU incorpora e implementa os princípios da EPS nas Organizações Produtivas Solidárias incubadas. Através desta pesquisa, foi possível compreender como são manifestados na prática os princípios de autogestão, dimensão econômica, cooperação e solidariedade nas organizações que passam pelo processo de incubação. Ao analisar o cumprimento dos objetivos propostos, observou-se a importância do papel desempenhado por esta

incubadora para o fortalecimento e disseminação da EPS como uma alternativa viável e ética ao modo de produção capitalista. O CIEPS é um agente facilitador e promotor da transformação socioeconômica através da aplicação dos princípios da EPS.

A visão da coordenadora enfatiza a importância e relevância da economia popular solidária na promoção de um modelo econômico mais justo e solidário, que possa criar empregos, renda e promover a sustentabilidade em áreas de vulnerabilidade e exclusão social. Nesse sentido, o trabalho realizado pelo CIEPS na incubação e apoio ao OPS demonstra um compromisso efetivo com a mudança socioeconômica através da aplicação dos princípios da EPS.

Ao longo da pesquisa foi possível verificar que as OPS incubadas pelo CIEPS obtiveram avanços na melhoria da renda, do reconhecimento social e das condições de vida dos incubados. Esses resultados confirmam a eficácia das estratégias adotadas na incubadora, como a construção de redes e parcerias, a promoção da autogestão e da colaboração e o incentivo ao desenvolvimento de cadeias produtivas mais sustentáveis e justas.

No entanto, alguns desafios ainda continuam, como a necessidade de fortalecer a participação e engajamento dos membros das OPS, garantir a sustentabilidade financeira das organizações e superar as contradições na prática da autogestão. Esses desafios apontam para a importância de uma atuação contínua e integrada por parte do CIEPS e demais atores envolvidos no ecossistema da EPS.

Desta forma, é fundamental ressaltar a importância do CIEPS/UFU como agente facilitador e promotor da Economia Popular Solidária, bem como a necessidade de continuar investindo em ações e políticas que fortaleçam esse modelo econômico alternativo e suas práticas colaborativas e solidárias. Além disso, é necessário incentivar a pesquisa e a disseminação de experiências bem-sucedidas de EPS.

Como sugestão para futuras pesquisas, recomenda-se uma investigação mais aprofundada sobre as experiências de EPS do CIEPS/UFU, incluindo uma análise comparativa dos métodos de incubação adotados por outras Instituições Federais. Isso pode fornecer melhorias metodológicas de incubação e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável.

6 REFERÊNCIAS

ARCOVERDE, A. C.; SOUZA, I.; FRAGOSO, N.; **Economia solidária como alternativa ao desemprego e à exclusão social**. Revista da ABET, [s.i.], v. 2, n. 6, p.70-92, jul. 2006. Disponível

em:<[Http://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/15716/8963](http://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/15716/8963)>. Acesso em: 10 dez 2023.

BARBOSA, W. de F.; SOUSA, E. P.; **Agricultura orgânica no Brasil: características e desafios**. Revista Economia & Tecnologia (RET), Ceará, v. 8, n. 4, p.67-74, 2012. DOI <http://dx.doi.org/10.5380/ret.v8i4.30784>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/30784>. Acesso em: 24 junho 2023.

BATALHA, M. O.; BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H.M. de. **Tecnologia de gestão e agricultura familiar**. Gestão Integrada da Agricultura Familiar, São Carlos, p. 43-66, 2005. Disponível em: <https://www.bibliotecaagpatea.org.br/administracao/agroindustria/artigos/TECNOLOGIA%20DE%20GESTAO%20E%20AGRICULTURA%20FAMILIAR.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2023.

BETANHO, C.; FERNANDES, J. E.; **Economia Popular Solidária: Orígens, Conceito, Limites e Desafios**. In: FERNANDES, José Eduardo; BETANHO, Cristiane

(orgs.). **Economia Popular Solidária: nosso sul: a transformação pela solidariedade**. Uberlândia: Navegando, 2017b.

BETANHO, C.; FERNANDES, J. E.; FELICE, E. de O.; CONCEIÇÃO, J. R. L. da. **Agroecologia e Economia Popular Solidária para a Agricultura Familiar Camponesa**. v. 8, p.1-48 (Série Agroecologia). Uberlândia: UFU/PROECX/Cieps, 2018.

BETANHO, C.; FERNANDES, J. E.; GIAROLA, E.; FELICE, E. de O. **Organizações Produtivas Solidárias e as Teorias do Valor: limites e desafios para ocupar mercados**. In: FERNANDES, José Eduardo; BETANHO, Cristiane (orgs.). **Economia Popular Solidária: nosso sul: a transformação pela solidariedade**. Uberlândia: Navegando, 2017.

CALBINO, D.; PAULA, A. P. de P. de. **A Gestão na economia solidária: um estudo nas incubadoras de empreendimentos solidários**. Gerais, Rev. Interinst. Psicol., Juiz de Fora, v. 5, n. 1, p. 108-126, jun. 2012. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202012000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 7 de jul. 2023.

CERVO, A.L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **A pesquisa: Técnicas de coleta de dados**. In: **Metodologia Científica**. 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

CIEPS. **Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários**, 2023. Disponível em: <http://www.cieps.proexc.ufu.br/node/1>. Acesso em: 27 jul. 2023.

DEES, J. G. **The Meaning of Social Entrepreneurship**. Duke Faqua, [S. l.], p. 1-5, 30 maio 2001. Disponível em:

https://centers.fuqua.duke.edu/case/knowledge_items/the-meaning-of-social-entrepreneurship. Acesso em: 30 jun. 2023.

DINIZ, S. C. **Economia Popular e Economia Social Solidária: do precário ao plural**. In: XVII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 2017. Anais... São Paulo: XVII ENANPUR, 2017.

DINIZ, S. **Economia Popular e Economia Social Solidária: do precário ao plural**. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 17., 2017, São Paulo. Anais do XVII ENANPUR. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenapur/article/view/2151>. Acesso em: 24 jun. 2023.

FBES. **Carta de princípios da Economia Solidária**. Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2003 ano. Disponível em: <fbes.org.br/2005/05/02/carta-de-principios-da-economia-solidaria/>. Acesso em: 23 jun 2023.

FERNANDES, J. E. **Formação e qualificação para o trabalho solidário: o desenvolvimento da Economia Popular Solidária nas práticas do Cieps/UFU**. 2020. 136 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. Disponível em <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2019.2577>

FISHER, R. M. **O desafio da colaboração: práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor**. 5. ed. São Paulo: Gente, 2002. 172 p. ISBN 8573123737.

FRANÇA FILHO, G. C. **A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública?** Cadernos EBAPE.BR [online] , v. 2, n. 1, p. 1-18, mar. 2004. DOI <https://doi.org/10.1590/S1679-39512004000100004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/nwQMnTWVRS8DpZt56rrpXtb/?lang=pt#>. Acesso em: 26 jun. 2023.

- FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J-L. **Economia Solidária: Uma Abordagem Internacional**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2004. 199 p. ISBN 8570257244. Disponível em: <https://www.jeanlouislaville.fr/index.php/2020/06/11/economia-solidaria-uma-abordagem-internacional-obra-integral/>. Acesso em: 6 jul. 2023.
- GAIGER, L. I. **A Economia Solidária Diante Do Modo De Produção Capitalista**. Caderno Crh, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003 Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18642>. Acesso em: 17 jun. 2023.
- GODOY, A. S. **Estudo de Caso Qualitativo**. In: GODOI, Christiane Kleinübing; BANDEIRA-DE-MELO, Rodrigo; SILVA, Anielson Barbosa (orgs). Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais: Paradigmas, Estratégias e Métodos. São Paulo: Saraiva, 2006.
- LINCOLN, Y. S.; GUBA, E. G. **Naturalistic inquiry**. Newbury Park, CA: Sage, 1985
- NASCIMENTO, I. **Incubadoras de economia solidária e extensão universitária: possibilidades e inovação**. 2013. Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/29435>. Acesso em: 7 de agosto de 2023.
- PALAFIX, G. H. M.; SOUSA, S. de. **Identificação e análise das dimensões constituintes da Economia Popular Solidária: aspectos introdutórios**. In: FERNANDES, José Eduardo; BETANHO, Cristiane (orgs.). Economia Popular Solidária: nosso sul: a transformação pela solidariedade. Uberlândia: Navegando, 2017.
- PISICCHIO, R. J.; BONORA, A. P. M. **O Papel da Universidade na disseminação da Economia Solidária: A experiência de uma Incubadora de Empreendimentos Solidários**. Trabalho (En)Cena, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 144–155, 2017. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/encena/article/view/4201>. Acesso em: 7 jul 2023.
- SENAES. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Avanços e Desafios para as políticas Públicas de Economia Solidária no Governo Federal**. 2012. www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Economia_Solidaria/oito%20anos%20da%20senaes.%20avancos%20e%20desafios.pdf. Disponível em: <URL>. Acesso em: 23 jun. 2023.
- SILVA, J.; SILVA, S. **A economia solidária como base do desenvolvimento local**. Open Edition, Coimbra, p. 1-15, 1 dez. 2008. DOI 10.4000/eces.1451. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/eces.1451>. Acesso em: 17 jun. 2023.
- SINGER, P. **Economia solidária versus economia capitalista**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 16, n. 1-2, p. 100-112, dez. 2001. DOI <https://doi.org/10.1590/S0102-69922001000100005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/Xy7BmyrV8tHfwKNVhmSXFyw/?lang=pt#>. Acesso em: 26 jun. 2023.
- SINGER, P. **Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário**. Estudos Avançados, Brasília, v. 18, n. 51, p. 7-22, ago. 2004. DOI <https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000200001>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/qzkhXSYNy9DtBzPpwQZjJdj/?lang=pt#>. Acesso em: 26 jun. 2023.
- SINGER, P. **Dez anos de Secretaria Nacional de Economia Solidária**. 2014. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt56_econ02_dez_anos.pdf. Acesso em 24 jun. 2023.